

## **Shintoísmo e Culto aos *Kami*: Aproximações e Distanciamentos**

Richard André

Doutorando em História das Religiões – Unesp

### **Resumo:**

Pretendo, neste artigo, sugerir que o Shintoísmo, geralmente considerado a religião nativa e mais antiga do Japão, é uma construção historicamente recente, motivada, principalmente, por razões políticas, legitimando os soberanos enquanto “deuses vivos”. Para isso, baseado nas proposições de Toshio Kuroda e alguns pesquisadores norte-americanos, sugiro que não há uma relação de continuidade absoluta entre o culto aos *kami* e as concepções shintoístas.

**Palavras-chave:** Shintoísmo, *kami*.

### **Abstract:**

I intend, in this paper, to suggest that Shinto, generally considered the native and older religion of Japan, is a recently historic construction, motivated, especially, by politic reasons, legitimating the sovereigns like “living gods”. For this, based in the propositions of Toshio Kuroda and some north-Americans researchers, I suggest that there is not an absolute continuity’s relation between *kami*’s worship and Shinto concepts.

**Keywords:** Shinto, *kami*.

Mesmo atualmente, entre algumas famílias de japoneses e descendentes no Brasil, é possível encontrar dois tipos de altares domésticos: o *butsudan*, de caráter budista, no qual são inseridos os *ihai*, tabuletas comumente de madeira onde são escritos os nomes póstumos dos entes falecidos, que se converteriam em entidades protetoras do lar; ao lado daquele, há o *kamidana*, adornado com pequenas cortinas, em cujo interior são colocadas pequenas tábuas com as denominações dos principais *kami*, palavra geralmente traduzida como “deus” (BALDUS & WILLEMS, 1941, pp. 125, 126 e 128).

Tal objeto seria de natureza shintoísta. Domesticamente, tais religiões não são excludentes: dividem funções na esfera religiosa, havendo uma continuidade entre ambas.

Tais altares são indícios da sobrevivência de ambas as religiões mesmo após a vinda de japoneses para o Brasil e o processo de adaptação de elementos culturais a um contexto diverso. O Budismo é bastante conhecido entre os ocidentais, já que, além dos templos de diversas vertentes espalhados por diferentes regiões do mundo, há uma significativa produção bibliográfica, como indicam os vários livros de Daisetz Teitaro Suzuki, um dos responsáveis pela popularização do Zen Budismo no Ocidente (ALBUQUERQUE, 1997, p. 9). Comparado às principais concepções budistas, o Shintoísmo encontra-se numa situação humilhante: salvo exceções, os santuários permaneceram circunscritos ao Japão. Além disso, como indicam Mark Teeuwen e Bernhard Scheid (2002, p. 195), estudos sobre “... *Shinto in Western languages are few and far between...*” Em língua portuguesa, a situação é ainda mais lacunar, excetuando-se livros demasiadamente gerais, como o estudo de Sérgio Bath (1998).

Essa lacuna dá ensejo à afirmação de diversos lugares comuns: o Shintoísmo seria a religião mais antiga do Japão, anterior mesmo à introdução do Budismo (séculos VI e VII d.C.); ter-se-ia desenvolvido lado a lado a este, sem maiores conflitos, simplesmente dividindo tarefas no âmbito religioso (VARLEY, 1983, p. 21); possuiria uma ligação profunda com a natureza, devido ao animismo próprio à sua noção de mundo, segundo o qual todos os elementos, animados ou inanimados, teriam um espírito, entre outros aspectos (BREEN & TEEUWEN, 2000, pp. 1 – 3).

Entretanto, tais lugares comuns têm sido questionados em razão do aumento de produções a respeito nos últimos anos. Segundo Teeuwen e Scheid (2002, p. 196), um dos responsáveis pelo revisionismo foi o pesquisador Toshio Kuroda. Segundo o autor, deve-se fazer uma distinção entre o culto aos *kami* e o Shintoísmo propriamente dito (idem, pp. 198 e 199). Este diz respeito a uma construção histórica tardia na história do Japão, datada do Período Kamakura (1156 – 1185/1333 – 1336) e consolidada a partir da Era Meiji (1868). A idéia de religião mais antiga entre os japoneses teria sido construída pelos próprios sacerdotes shintoístas no sentido de inventar uma tradição, utilizando o conceito do historiador Eric Hobsbawm (HOBSBAWM & RANGER, 1984), com vistas a legitimar sua situação a partir de um passado calcado no início dos tempos.

No entanto, mesmo antes da introdução do Budismo no Japão, havia o chamado culto aos *kami*. Cabe um esclarecimento conceitual: a palavra, como apontado, é traduzida como “deus”. Porém, esta se trata de uma noção ocidental que, a despeito de sua complexidade, não dá conta da alteridade da noção japonesa (VANCE, 1983). Por *kami*, pode-se designar uma série de divindades, tais como Amaterasu, Ryuguu Otohime e Izanagi. Além disso, os espíritos da natureza – como árvores e montanhas – também entram na categoria, inclusive alguns malignos, denominados *tatarigami* ou *goryoshin* (WIJAYARATNA, 1997, p. 121). Para tornar o quadro mais complexo, um ente falecido poderia tornar-se um *kami* (idem, p. 107) – ou, se a morte fosse prematura e violenta, como no caso de afogamentos ou catástrofes naturais, o espírito correria o risco de tornar-se um demônio, que não deixava de ser um *kami* a seu modo (idem, p. 113). Na própria palavra *tatarigami*, *gami* é somente uma leitura variante de *kami*, escrito com o mesmo ideograma (*kanji*).

Porém, em praticamente nenhum aspecto o culto aos *kami* assemelhava-se às religiões modernas: era regionalmente fragmentado ao longo de grande parte do território japonês; não era organizado em torno de um conjunto de mitos e ritos sistematicamente prescritos; não possuía um livro sagrado, lembrando que, até o século VII d.C., não havia uma linguagem escrita no Japão. Os primeiros livros registrados na história nipônica, o *Kojiki* e o *Nihon Shoki*, que reuniam uma série de lendas, histórias (misturadas àquelas) e genealogias reais (que remontavam aos primeiros *kami*), foram concluídos em 712 e 720 (VARLEY, 1986, p. 33), em período histórico próximo à introdução dos caracteres chineses no Japão, juntamente ao próprio Budismo, lembrando que as duas questões estão relacionadas, dada a necessidade de utilizar a escrita para a cópia dos sutras budistas vindos da China. A fragmentação regional e dogmática e a ausência, a princípio, de livros sagrados não quer dizer que o culto aos *kami* não fosse uma religião: como indica William Paden (2001, p. 22), o conceito é polissêmico e abarca uma série de manifestações distintas.

Entretanto, após a introdução do Budismo, o culto aos *kami* viria a sofrer uma série de modificações, seja no sentido de apropriar elementos do imaginário budista (e vice-versa), seja na tentativa de opor-se aos monges e certas escolas, que começaram a ganhar significativo prestígio entre os estamentos dirigentes. No Período Kamakura,

certos sacerdotes, num esboço do pensamento anti-budista, tentaram afirmar o Shintoísmo como a religião nativa do Japão, já que anterior às concepções religiosas apropriadas da China. Pela palavra *shinto*, compreendiam o conjunto das fragmentárias práticas relacionadas aos *kami*, justificando-se, principalmente, no *Kojiki* e no *Nihon Shoki*. Ou seja, buscaram sistematizar – num processo que estender-se-ia mesmo após a Era Meiji – os fragmentos de ritos antigos, fundamentando-os em livros tardios, que começaram a ser considerados sagrados, a “verdadeira” palavra sobre as origens do Japão contra as crenças alienígenas, o Budismo e o Confucionismo.

Contudo, a oposição ao Budismo fundamentava-se em apropriações de alguns de seus elementos. A começar pelo próprio conceito *shinto*: a palavra é composta de dois ideogramas, *kami* (que pode ser lido como *shin*) e *michi* (*to*), que significa caminho. Modernamente, seria o “caminho dos deuses”. No entanto, possivelmente durante o Período Kamakura, os mesmos ideogramas possuíam a leitura *jindo*, muito próxima daquela. Tratava-se, no entanto, de um conceito budista que se referia ao universo das divindades não-budistas (TEEUWEN & SCHEID, 2002, p. 201). Isto é, os sacerdotes de um Shintoísmo em processo de construção apropriaram-se de um conceito budista, alteraram sua leitura e buscaram afirmar-se enquanto arautos de uma tradição imemorial. O combate ao Budismo dava-se em seu próprio terreno conceitual.

O processo de construção do Shintoísmo sobre aspectos do Budismo vai ainda mais longe: como sugere Fabio Rambelli (2002, pp. 267, 271 e 273), durante o Período Kamakura, os sacerdotes passaram a desenvolver rituais de iniciação – em japonês, *shinto kanjou* – com elementos direta ou indiretamente budistas. Os ritos envolviam, por exemplo, procedimentos como a purificação, vedar os olhos, jogar uma flor sobre um altar em mandala, além de conceitos como o vazio, a Terra Pura, a ilusão relacionada à morte e à vida e, o que não deixa de ser particularmente surpreendente, a visualização de letras em sânscrito. Ora, somente para explorar alguns elementos, a mandala é uma das mais populares representações budistas, imaginada enquanto um círculo indicando a relação do homem com o universo; a Terra Pura diz respeito à Sagrada Escola da Terra Pura, criada pelo monge Hounen, segundo o qual mesmo uma pessoa má iria para a Terra Pura se recitasse em vida pelo menos uma vez o *nenbutsu*, que presta homenagem ao Buda e, por fim, a ilusão morte/vida encontra-se na própria

essência do Budismo, que compreende o contínuo ciclo morte/nascimento como fator de sofrimento.

Mesmo as divisões de tarefas no âmbito religioso podem ser questionadas. Afirma-se, geralmente, que aos sacerdotes cabem cerimônias ligadas à vida, ao passo que os monges seriam responsáveis pelos rituais fúnebres, cabendo-lhes a morte. Existem, inclusive, justificativas mitológicas para o fato: segundo o *Kojiki* e o *Nihon Shoki*, o *kami* Izanagi, após entrar em contato como o cadáver de Izanami, precisou ser purificado nas águas do mar. Numa passagem obscura do *Nihon Shoki*, o *kami* Ajisukitakahikone, ao ser confundido com o falecido Amewakahiko pelos pais deste, ficou furioso ao ser dado pelo cadáver, destruindo o local e fugindo na forma de um pássaro (KENNEY, 2000, pp. 263 e 264). De acordo com Wijayaratna (1997, p. 106), “... *death is something very inauspicious and dirty...*” Daí a necessidade de purificação entre os sacerdotes e mesmo as pessoas comuns. Inclusive atualmente, após velórios e funerais, alguns japoneses no Brasil costumam jogar sal nas roupas quando voltam para casa, dada a propriedade supostamente purificadora da substância. Antes de iniciarem uma contenda, os lutadores de *sumô* lançam sal na arena – os juízes são, aliás, shintoístas. Quando alguém próximo aos sacerdotes falece, estes são obrigados a cumprir um período de luto, no qual ficam afastados dos afazeres do santuário, evitando a contaminação derivada da morte (idem, p. 106).

Não obstante a impureza da morte, há alguns relatos de funerais shintoístas ao longo da história japonesa: em 1573 e 1764, respectivamente dos sacerdotes Yoshida Kanemi e Nemoto Tanemaro. As famílias de ambos tentaram fazer frente ao monopólio budista no que se relaciona aos ritos fúnebres, elaborando procedimentos, baseados no *Kojiki* e no *Nihon Shoki*, para a sua realização. Porém, como sugere Kenney (2000, p. 250), como as mitologias descritas em ambos os livros são vagas, permitindo uma série de interpretações distintas, houve um amplo grau de liberdade para a criação dos elementos propriamente funerários, o que se revela nas profundas diferenças entre os funerais de Kanemi e Tanemaro – neste, inclusive, houve a incorporação de uma figura com propriedades shamânicas, o *monomasa*, que fazia as vezes do morto em seu próprio funeral, incorporando-o (idem, pp. 257 – 266). Para resolver o problema da contaminação mórbida, os sacerdotes responsáveis pelas

cerimônias deveriam passar por um período de purificação (idem, pp. 245, 247, 256 e 257). Assim como no caso dos ritos de iniciação, os funerais também absorveram elementos budistas, tais como a cópia de sutras e a realização de oferendas aos espíritos (idem, pp. 246 e 247). Malgrado o esforço dos sacerdotes no sentido de acabar com o monopólio dos monges, os funerais shintoístas, ainda existentes no Japão, constituem uma minoria quando comparados aos budistas (idem, p. 241).

Foi com a Restauração Meiji que o Shintoísmo consolidou-se enquanto religião à parte do Budismo, apesar da apropriação de vários de seus elementos. O movimento, que pôs fim aos trezentos anos do Shogunato comandado pela família Tokugawa, devolveu teoricamente os poderes ao Imperador Meiji. Nesse contexto, houve uma perseguição sistemática ao Budismo, o que envolveu, inclusive, a destruição de diversos templos. Alguns monges, para escapar à perseguição, começaram a transformar seus lugares sagrados em santuários. Nesse contexto, as concepções shintoístas ganharam bastante força, tornando-se a religião oficial do Estado. A idéia de que os soberanos eram descendentes de Amaterasu (SANSOM, 1973, p. 133) foi reforçada, com vistas a legitimar o poder imperial, usurpado durante vários séculos pelos shoguns. A partir de então, consolidou-se a visão segundo a qual o Shintoísmo era a religião nativa do Japão, numa invenção de tradição que fortalecia o mito.

Em síntese, pode-se dizer que o Shintoísmo, não obstante os apelos da tradição, é uma construção histórica iniciada no Período Kamakura e consolidada na Era Meiji, embora os fragmentos a partir do qual foi construído sejam mais antigos: o culto aos *kami*, estes sim anteriores ao século VI d.C. Não obstante as apropriações, suas relações com o Budismo nem sempre foram harmoniosas, podendo ser encontradas ao longo da história japonesa indícios de conflitos no tocante ao poder simbólico. O artigo não esgota a questão, aliás bastante complexa por inserir-se numa longa duração, porém sugere a existência de rupturas no desenvolvimento das relações entre Budismo e Shintoísmo.

### **Bibliografia**

ALBUQUERQUE, E. B. de. *O Mestre Zen Dôguen*, São Paulo, Arte & Ciência/UNIP, 1997.

BALDUS, H. & WILLEMS, E. “Casas e Túmulos Japoneses no Vale da Ribeira de Iguape”, *Revista do Arquivo Municipal*, 7, 77, 1941, pp. 121 – 135.

BATH, S. *Xintoísmo: o Caminho dos Deuses*, São Paulo, Ática, 1998.

BREEN, J. & TEEUWEN, M. *Shinto in History: Ways of Kami*, Richmond: Curzon Press, 2000.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (orgs.). *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KENNEY, E. “Shinto Funerals in the Edo Period”, *Japanese Journal of Religious Studies*, 3-4, 27, 2000 pp. 239 – 271.

PADEN, W. *Interpretando o Sagrado: Modos de Conceber a Religião*, São Paulo, Paulinas, 2001.

RAMBELI, F. “The Ritual World of Buddhist ‘Shinto’”, *Japanese Journal of Religious Studies*, 3 – 4, 29, 2002, pp. 265 – 297.

TEEUWEN, M. & SCHEID, B. “Tracing Shinto in the History of Kami Worship”, *Japanese Journal of Religious Studies*, 3-4, 29, 2002, pp. 195 – 207.

VANCE, T. “The Etymology of Kami”, *Japanese Journal of Religious Studies*, 4, 10, 1983, pp. 277 – 288.

VARLEY, H. *Japanese Culture*, Tokyo: Charles E. Tuttle, 1986.

WIJAYARATNA, M. “Funerary Rites in Japanese and Other Asian Buddhist Societies”, *Japan Review*, 8, 1997, pp. 105 – 125.